

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ELABORAÇÃO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026

24/04/2025

LOCAl: Auditório Marli Rodrigues do Centro de Formação de Professores Dr. Miguel Arraes, localizado à rua Rio Branco, 183 – Centro (acesso pelo Boulevard Cônego Belisário) – 10º andar – Secretaria da Educação - ① 18:30h





PUBLICAÇÃO 47643

17/04/2025 às 17:07

Comunicados

Imprimir

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LDO 2026
A Prefeitura de Mauá convida a população para participar da Audiência Pública sobre a elaboração da Lei de Diretrizes
Orçamentárias para o exercício de 2026 (LDO 2026), dia 24 de abril de 2025, quinta-feira, a partir das 18h3O, que será realizada no Auditório Marli Rodrigues do Centro de Formação de Professores Dr. Miguel Arraes, localizado à rua Rio Branco, 183 - Centro (acesso pelo Boulevard Cônego Belisário), 10° andar da Secretaria de Educação, em cumprimento ao que dispõe o inciso I, § 1° do art. 48, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. O evento é preparatório à confecção do Projeto de Lei que será enviado à Câmara Municipal.



Pauta da Audiência Pública – LDO 2026

- 1. Acolhimento e Abertura Institucional
- 2. Introdução ao Sistema Orçamentário Brasileiro
- 3. Apresentação da Estrutura da LDO 2026
- 4. Previsões de Receita e Despesa para 2026
- 5. Apresentação do Formulário de Participação Popular
- 6. Coleta de Perguntas, Sugestões e Demandas do Público
- 7. Avaliação da Audiência
- 8. Encerramento e Informes Finais

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS



Para uma melhor compreensão e participação de todos, a audiência será realizada em 2 etapas:

- 1) Introdução à LDO no contexto orçamentário municipal;
- 2) Esclarecimentos e coleta de perguntas, sugestões e demandas.



Em seu art. 165, a Constituição Federal estabelece que o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual são leis de iniciativa do Poder Executivo:

"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais."



Vamos entender um pouco sobre cada uma dessas leis:

Plano Plurianual

Chamado de PPA, essa lei dispõe sobre o planejamento de médio prazo do município, onde são definidos objetivos estratégicos da Administração Pública para um período de quatro anos, compreendido entre o 2º ano de um mandato até o 1º ano do mandato seguinte.

É no PPA que são estabelecidos os Programas e as Ações de governo, assim como as metas a serem buscadas e os indicadores que serão usados para medir o seu desenvolvimento, ano a ano.



Vamos entender um pouco sobre cada uma dessas leis:

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Também chamada de LDO, é a lei que faz a ligação entre o PPA e a execução orçamentária.

A LDO, tem seu conteúdo programático baseado no PPA e desempenha um papel orientador para a elaboração e execução do orçamento anual, estabelecendo as diretrizes gerais que serão seguidas por ele.



Vamos entender um pouco sobre cada uma dessas leis:

Lei Orçamentária Anual

A LOA, como é conhecida, é a lei que viabiliza a execução, propriamente dita, do conteúdo programático do PPA e LDO, pois prevê, em detalhes, cada receita e despesa do Poder Público. Nela, além da estimativa de receitas, não se diz só quanto vai ser gasto com educação infantil, por exemplo, mas sim quanto desse gasto será feito por meio de serviços de terceiros, quanto será comprado de produtos e materiais de consumo, de equipamentos, quanto será feito de obras, quanto será gasto com salários, com obrigações patronais etc.



DAS DEMANDAS AO ORÇAMENTO



OS PROGRAMAS E AÇÕES
LIGAM O PLANO ESTRATÉGICO AO PPA E AO ORÇAMENTO
POR MEIO DA LDO



A LDO é uma lei que, para além de projetar valores de receitas e despesas, busca estabelecer diretrizes para a elaboração e execução da LOA.

Como vimos, a LOA é a lei que estabelece, em detalhes, as receitas a serem arrecadadas e se fixa cada despesa a ser realizada.

A LDO, por sua vez, trabalha as receitas e despesas em um nível menos detalhado que a LOA e se presta mais a estabelecer regras e diretrizes para uma série de questões, como:



- ✓ Metas de resultado primário e nominal;
- ✓ Riscos Fiscais e Reserva de Contingência;
- ✓ Alterações na legislação tributária municipal;
- ✓ Renúncia de receitas;
- ✓ Equilíbrio entre receitas e despesas;
- ✓ Limitação de empenho e movimentação financeira;
- ✓ Transferências de recursos públicos a entidades públicas e ou privadas sem fins lucrativos;
- ✓ Despesas com Pessoal;
- ✓ Metas e prioridades da administração pública.



Até o dia 30 de abril de cada ano, o Prefeito Municipal deve enviar o projeto de LDO do ano seguinte para votação na Câmara de Vereadores.

A cada 4 anos, porém, por conta da elaboração do novo PPA, ocorre uma situação que impede, no caso específico de Mauá, que o projeto de LDO contenha o ANEXO DE METAS E PRIORIDADES.

Isso ocorre porque o prazo para envio do projeto de LDO (30/04) é anterior ao prazo de envio do projeto de PPA (31/08).



Por conta disso, o projeto de LDO 2026 não conterá o ANEXO DE METAS E PRIORIDADES, que será incluído na LDO através do novo PPA que será enviado para apreciação da Câmara Municipal em agosto e vigorará entre 2026 e 2029.



E o que é o ANEXO DE METAS E PRIORIDADES?

Resposta: É onde são apresentadas as prioridades da administração pública para o exercício financeiro seguinte (sempre em conformidade com o PPA). É um anexo que tem papel fundamental para orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Nele, são detalhados os Programas e as Ações que o governo pretende implementar, bem como os recursos necessários para sua execução.



E quando ele será apresentado então?

Resposta: Até 31/08, juntamente com o projeto do novo PPA.

E a população poderá participar de sua elaboração?

Resposta: Sim, durante o processo de elaboração do novo PPA, que deverá contar com consultas públicas online e com a realização de plenárias regionais em toda a cidade.



Dessa forma, o projeto de LDO 2026 a ser encaminhado à Câmara de Vereadores até o final deste mês de abril conterá:

- Anexo de Metas Fiscais, onde serão estabelecidas metas anuais de receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública;
- > Demonstrativo de cumprimento das metas relativas ao ano anterior e comparação com as metas fixadas nos três últimos anos;
- > Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido;



Dessa forma, o projeto de LDO 2026 a ser encaminhado à Câmara de Vereadores até o final deste mês de abril conterá:

- Demonstrativo da aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- > Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os eventuais passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências que serão tomadas caso se concretizem.



Resultado Nominal: mede a evolução do tamanho da dívida pública.

Exemplo ilustrativo: Se a dívida da Prefeitura de Mauá evoluir, de um ano para outro, de R\$ 100 milhões para R\$ 90 milhões, o resultado nominal terá sido positivo, pois o saldo da dívida pública terá diminuído R\$ 10 milhões em um ano.



Resultado Primário: mede o esforço da Administração Pública para economizar recursos visando o pagamento da dívida pública.

Exemplo ilustrativo: Na hipótese da Prefeitura de Mauá arrecadar R\$ 200 milhões e gastar R\$ 195 milhões (isso, sem contar juros e rendimentos financeiros), o resultado primário alcançado teria sido positivo em R\$ 5 milhões.



MUNICÍPIO DE MAUÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO 2026

Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4°, § 1°) R\$ 1 2026 2027 2028 Valor Valor % RCL Valor Valor % RCL Valor Valor 9/6 ESPECIFICAÇÃO (a / RCL) (b / RCL) (c/ Constante Corrente Corrente Corrente Constante Constante RCL) **(b)** (a) (c) 1.755.438.575 1.966.254.593 1.809.214.753 2.106.516.842 Receita Total (EXCETO FONTES RPPS) 1.834.433.311 104% 104% 1.867.676.437 104% Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I) 1.792.575.499 1.715.383.252 102% 1.918.884.288 1.765.627.795 102% 2.050.654.619 1.818.147.966 102% Receitas Primárias Correntes 1.674.188.111 99% 1.874.633.286 1.724.911.010 99% 2.005.081.633 1.777.742.122 99% 1.749.526.576 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 508.004.056 486.128.283 29% 549.546.734 505.655.810 29% 593.236.615 525.974.455 29% Transferências Correntes 1.121.526.567 1.073.231.165 64% 1.200.001.038 1.104.159.954 64% 1.281.899.623 1.136.555.698 64% 7% 125.085.513 115.095.246 7% 129.945.395 6% Demais Receitas Primárias Correntes 119.995.953 114.828.663 115.211.968 41.195.142 2% 44.251.002 40.716.785 2% 45.572.986 40.405.845 2% Receitas Primárias de Capital 43.048.923 1.959.716.178 Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS) 104% 104% 2.099,778,393 104% 1.861.702.005 1.833.295.275 1.754.349.545 1.803.198.544 Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II) 1.613.429.535 1.543.951.708 92% 1.732.547.471 1.594.173.235 92% 1.860.675.214 1.649.708.745 92% Despesas Primárias Correntes 1.568.475.869 83% 1.680.741.829 1.466.699.453 1.403.540.146 1.443.205.622 1.490.176.507 83% 83% Pessoal e Encargos Sociais 42% 753,430,830 720.986.440 43% 787.260.177 724.383.674 818,699,056 725.873.587 41% Outras Despesas Correntes 43% 713.268.623 682,553,706 40% 781.215.693 718.821.948 41% 862.042.773 764.302.921 Despesas Primárias de Capital 60.371.015 4% 88.614.562 4% 63.087.711 4% 79.291.194 72.958.405 78.567.295 Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias 80.040.547 5% 84,780,408 78.009.209 4% 91.318.823 5% 83.642.372 80.964.942 Receita Total (COM FONTES RPPS) 0% 0% 0% Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III) 0% 0% 0% Despesa Total (COM FONTES RPPS) 0% Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV) 0% 0% 0% Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II) 9% 179.145.964 171.431.544 10% 186.336.817 171.454.561 189,979,405 10% 168,439,222 Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV) 10% 9% 179.145.964 171.431.544 10% 186.336.817 171.454.561 189,979,405 168.439.222 Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) 11.347.188 12.370.305 11.382.320 1% 12.862.223 1% 11.857.812 11.403.883 1% 7% 6% Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) 137.593.483 8% 130.566.733 120.138.694 123.692.331 143.785.190 109.667.887 Divida Pública Consolidada (DC) 1.397.028.914 1.336.869.774 79% 1.393.549.425 1.282.250.115 74% 1.381.587.747 1.224.941.016 68% Divida Consolidada Liquida (DCL) 68% 63% 1.294.425.918 1.238.685.089 1.288.190.692 1.185.306.121 1.273.785.902 1.129.361.925 73%

3.420.552

0%

6.235.226

5.737.234

3.574.477

14.404.790

12.771.551

1%

0%





MUNICÍPIO DE MAUÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

EXERCÍCIO 2026

ARF (LRF, art 4°, § 3°)

R\$ 1

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	20.206.000	Utilização da Reserva de Contingência	20.206.000
Dívidas em Processo de Reconhecimento	-		-
Avais e Garantias Concedidas	-		-
Assunção de Passivos	-		-
Assistências Diversas	2.000.000	Utilização da Reserva de Contingência	2.000.000
Outros Passivos Contingentes	-		-
SUBTOTAL	22.206.000	SUBTOTAL	22.206.000

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
	300.000.000	Equivalente limitação de empenho e	300.000.000
Frustração de Arrecadação		movimentação financeira	
	200.000	Equivalente limitação de empenho e	200.000
Restituição de Tributos a Maior		movimentação financeira	
Discrepância de Projeções:	-		
Outros Riscos Fiscais	-		
SUBTOTAL	300.200.000	SUBTOTAL	300.200.000
TOTAL	322.406.000	TOTAL	322.406.000



PREVISÃO DE RECEITAS PARA 2026

As receitas a serem previstas no projeto de LDO, levarão em conta a efetiva arrecadação dos últimos anos, o atual cenário econômico nacional e as projeções de inflação e de PIB publicadas pelo Banco Central.



PREVISÃO DE RECEITAS PARA 2026

Preliminarmente, a Administração Pública Municipal está trabalhando com uma previsão de receitas em montante de R\$ 1.834.433.311,00 (um bilhão e oitocentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, trezentos e onze reais), que é um valor similar ao das receitas previstas na LOA em vigor atualmente (LOA 2025), incluídas receitas próprias do município e transferências de recursos vindos do Governo Estadual e Federal.



PREVISÃO DE RECEITAS PARA 2026

Resumo das Receitas

Tipo de Receita	Valor (R\$)
Receitas Totais	1.834.433.311
Receitas Correntes	1.761.365.170
- Impostos, Taxas e Contribuições de	508.004.056
Melhoria	
- Transferências Correntes	1.121.526.567
- Demais Receitas Correntes	131.834.547
Receitas de Capital	73.068.141

Explicação Simples dos Itens

Receitas Correntes: São aquelas arrecadadas no dia a dia da administração pública, usadas para manter os serviços funcionando (saúde, educação, limpeza, etc.).

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Valores arrecadados diretamente pela prefeitura (como IPTU, ISS, ITBI, taxas de licença, etc.).

Transferências Correntes: Recursos que vêm de outros entes (União ou Estado), como o repasse do FPM, ICMS, Fundeb, SUS, entre outros.

Demais Receitas Correntes: Incluem multas, juros de mora, receitas patrimoniais, entre outras que não se encaixam nos itens acima.

Receitas de Capital: São aquelas obtidas para investimentos ou quitação de dívidas, como operações de crédito, convênios para obras ou venda de bens públicos.



PREVISÃO DE DESPESAS PARA 2026

Resumo das Despesas

Tipo de Despesa	Valor (R\$)
Despesas Totais	1.834.433.311
Despesas Correntes	1.600.584.862
- Despesas com Pessoal	753.430.830
- Juros e Encargos Da Dívida	71.311.002
- Outras Despesas Correntes	775.843.030
Despesas de Capital	211.642.449
Reserva de Contingência	22.206.000,00

Explicação Simples dos Itens

Despesas Correntes: São os gastos necessários para manter os serviços públicos funcionando, como salários, água, luz, materiais, etc.

Despesas com Pessoal: Gastos com salários, encargos sociais e benefícios dos servidores públicos.

Juros e Encargos Da Dívida: Pagamentos relacionados a Juros e Encargos de dívidas do município.

Outras Despesas Correntes: Inclui serviços de terceiros, contratos, manutenção, entre outros custos não ligados a pessoal.

Despesas de Capital: Gastos com investimentos, obras, aquisição de equipamentos e amortização de dívidas.

Reserva de Contingência: Valor reservado para atender imprevistos e riscos fiscais durante a execução do orçamento.



VAMOS CONSTRUIR JUNTOS UM DIAGNÓSTICO MAIS PRECISO DAS NECESSIDADES DA CIDADE...

*PARTICIPE DA CONSTRUÇÃO DO ORÇAMENTO DA SUA CIDADE!

PREENCHA O FORMULÁRIO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR
CONTRIBUA COM PROPOSTAS PARA A MELHORIA DA SUA COMUNIDADE!

** CADA PARTICIPANTE PODERÁ INDICAR:

- ATÉ 3 DESAFIOS PRIORITÁRIOS A SER ENFRENTADOS NA CIDADE;
- ATÉ 3 SUGESTÕES DE AÇÕES OU INVESTIMENTOS PÚBLICOS PARA O ENFRENTAMENTO DESTES DESAFIOS.



VAMOS CONSTRUIR JUNTOS UM DIAGNÓSTICO MAIS PRECISO DAS NECESSIDADES DA CIDADE...

PARTICIPE DA CONSTRUÇÃO DO ORÇAMENTO DA SUA CIDADE!

- ★ AS CONTRIBUIÇÕES SERÃO ANALISADAS POR OCASIÃO DA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.
- ACESSE O FORMULÁRIO APONTANDO A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR CODE AO LADO





Relatório de Participação

Audiência Pública Lei de Diretrizes Orçamentária e Bases (LDO) 2026

Preencha o formulário e contribua com propostas para a melhoria da nossa cidade.

	Dados Pessoais
1.	Nome completo:
2.	Endereço/bairro:
3.	E-mail:
4.	Telefone:



Relatório de Participação

Audiência Pública Lei de Diretrizes Orçamentária e Bases (LDO) 2026

Preencha o formulário e contribua com propostas para a melhoria da nossa cidade.

1.	Descreva os principais desafios que você identifica na cidade:
(O	que você sugere para resolver o desafio citado?
2.	Descreva os principais desafios que você identifica na cidade:
0	que você sugere para resolver o desafio citado?
3.	Descreva os principais desafios que você identifica na cidade:
(O	que você sugere para resolver o desafio citado?



Avaliação desta Audiência Pública

Critério	Ótimo	Bom	Ruim	Sugestão	
Horário do evento	()	()	()		
Estrutura do local	()	()	()		
Tema abordado/apresentado	()	()	()		
Mediação do técnico da Secretaria de Finanças	()	()	()		
Material Disponibilizado					



OBRIGADO POR PARTICIPAR!